

EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROGRAMA RIO PRETO EDUCAÇÃO: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

R. F. B. DE OLIVEIRA ¹, G. A. MASSON ², A. SOMMERHALDER ³

Universidade Federal de São Carlos^{1,3}, Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto²

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2422-4821>¹

raizafbessa@gmail.com¹

Submetido 08/08/2020 - Aceito 05/04/2022

DOI: 10.15628/holos.2022.10918

RESUMO

A educação infantil brasileira tem passado por constante processo de reconstrução, de modo a firmar-se como espaço formal e coletivo de qualidade para a educação e o cuidado de bebês e de crianças bem pequenas. No ano de 2020, devido à disseminação da Covid-19 no Brasil e no mundo, bem como a necessidade de distanciamento social, ocorreu o fechamento das escolas e a suspensão do atendimento presencial nas instituições de educação infantil. Muito se tem visto e discutido sobre a educação infantil diante desse cenário, sendo as atividades

pedagógicas a distância um fator de grande preocupação e discussão por parte de pesquisadores e educadores da infância. Em decorrência dessa situação, no município de São José do Rio Preto/SP, vem sendo desenvolvido um programa que visa contribuir no apoio às crianças, famílias, gestores e professores da rede municipal, por meio de uma série de ações e encaminhamentos, que evidenciam possibilidades de práticas, mas também limites e desafios que esse momento inédito impõe para toda a sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil, pandemia pela Covid-19, atividades pedagógicas a distância.

CHILDHOOD EDUCATION AND THE RIO PRETO EDUC ACTION PROGRAM: CHALLENGES, LIMITS AND POSSIBILITIES IN PANDEMIC TIMES

ABSTRACT

Brazilian early childhood education has undergone a constant process of reconstruction, in order to establish itself as a formal and collective quality space for the education and care of babies and very young children. In 2020, due to the spread of Covid-19 in Brazil and in the world, as well as the need for social distance, schools were closed and on-site attendance at early childhood education institutions was suspended. Much has been seen and discussed about early childhood education in this scenario, with distance teaching activities being a

factor of great concern and discussion by researchers and early childhood educators. As a result of this situation, in the municipality of São José do Rio Preto/SP, a program has been developed that aims to contribute to the support of children, families, managers and teachers of the municipal network, through a series of actions and referrals, which show practical possibilities, but also limits and challenges that this unprecedented moment imposes on all Brazilian society.

KEYWORDS: early childhood education, pandemic by Covid-19, pedagogical activities at a distance.



1 A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

O presente artigo aborda o tema da educação infantil em contexto de pandemia da Covid-19, considerando as mudanças nos modos de viver e conviver em sociedade que esta impôs, afetando diferentes esferas sociais. Desse modo, tem como foco a educação infantil em contexto de suspensão de atendimento, devido a pandemia de Covid-19, considerando os obstáculos impostos para a realização de atividades pedagógicas a distância e objetiva apresentar e discutir um programa educacional de uma rede municipal de ensino de uma cidade do estado de São Paulo, que foi implementado, nessa ocasião, como modo de ação por parte das equipes escolares (professores, diretores, gestores, equipes da secretaria municipal de educação) junto às famílias, seus bebês e crianças, abrangendo a educação infantil municipal.

A educação infantil assumida como direito da criança pequena e dever do Estado pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e como primeira etapa da educação básica pela Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) tem passado por constante processo de reconstrução, de modo a consolidar-se como espaço educacional coletivo de cuidado e educação, com práticas sustentadas no vínculo e no afeto, em experiências que se pautam em relações humanas e com qualidade para os bebês e crianças pequenas. A melhoria do atendimento oferecido às crianças de 0 a 5 anos nas instituições de educação infantil se coloca como tarefa constante e de desafio ímpar, especialmente considerando diferenças de regiões brasileiras e de seus municípios, na busca por realização de práticas educativas que considerem as crianças pequenas e as infâncias, em sua especificidade.

Apesar de, em muitas regiões ou mesmo em municípios brasileiros, ainda não terem se afastado totalmente de seu histórico assistencialista e/ou propedêutico, o atendimento educacional à primeira infância tem evoluído ao longo das últimas décadas, no sentido de exercitar-se em assumir a criança como centro do planejamento curricular e das práticas educativas, “sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere” (Brasil, 2010, p. 12).

Nos meses iniciais do ano de 2020, o Brasil e outros países do mundo foram acometidos pela Covid-19, sem uma vacina desenvolvida para controle de suas populações. Isso desencadeou a necessidade urgente de condutas, para combate da disseminação do vírus e do adoecimento populacional. A população de diversos países e de continentes afetados foi obrigada a se reorganizar em seus modos de viver em sociedade, realizando especialmente distanciamento social, em diferentes níveis e de acordo com as regulamentações ou decretos governamentais. Isso desencadeou uma rápida necessidade de mudança em diferentes esferas sociais, ocasionando também a suspensão temporária do atendimento presencial nas escolas privadas e públicas, de todos os níveis de ensino, incluindo assim, a educação infantil. Essa situação desencadeou a necessidade de ações para “garantir” as aprendizagens e, principalmente, o cumprimento do calendário escolar ou letivo.



Em abril de 2020, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) parecer que regulamenta as práticas escolares durante o período de pandemia, validando a utilização de atividades pedagógicas à distância, inclusive para as instituições de educação infantil, de modo a “minimizar a necessidade de reposição presencial de dias letivos, a fim de permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes”, enquanto perdurarem as medidas de afastamento social (Estrela & Lima, 2020).

A aprovação deste parecer foi contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9394/96 (Brasil, 1996), que não prevê atividades a distância para bebês e crianças pequenas, mesmo em situações emergenciais, como o faz ao regulamentar o ensino fundamental. Este trecho permite inferir que, para a educação infantil, a modalidade de educação à distância não é regulamentada.

A indicação do CNE culminou em duras críticas de instituições de educação infantil, pesquisadores e educadores/as sobre encaminhamentos de atividades pedagógicas a distância (ou remotas) para bebês e crianças pequenas, reiterando a necessidade de reconhecer a educação infantil como uma etapa educativa que se realiza em experiências sustentadas pelo afeto, aproximação e vínculo entre educador/a e crianças, assumindo sua natureza interacional, que deve realizar-se em práticas educativas intencionais e planejadas, que tenham como eixos estruturantes as interações e a brincadeira. Assim, entende-se como currículo para este segmento, o “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (Brasil, 2010, p. 12).

A inadequação de atividades pedagógicas a distância para educação infantil inclui considerar que essas ações podem se apresentar abdicadas de intencionalidade ou de articulação entre si, bem como ficar apartadas da realidade social das escolas públicas e das próprias crianças. É de conhecimento que os desafios estão postos para famílias, escolas, educadores/as e redes de ensino, mas a implementação de uma proposta de atividade a distância à educação infantil pode acentuar desigualdades educacionais e sociais já existentes.

A medida que está sendo proposta prioriza o número de dias letivos em detrimento das interações e brincadeiras, eixos estruturantes da Educação Infantil que, quando devidamente acompanhados por profissionais com formação específica – curso de pedagogia e habilitados para essa etapa da educação básica – podem criar condições para a promoção do desenvolvimento infantil, tal como explicitado nas normas emanadas por esse mesmo Conselho (RNPI, 2020).

É equívoco supor que todas as famílias possuem as condições e os recursos necessários para dar continuidade ao processo educacional que antes se realizava nas escolas, bem como sugerir que é atributo dos pais/responsáveis assumir essa função social da docência, que é exercida por profissionais devidamente formados e que demanda a consideração das especificidades dos modos de interagir e aprender de bebês e crianças pequenas. A problemática se acentua quando se considera os contextos diversos das escolas públicas e de comunidades infantis mais pobres economicamente, o que torna tal proposta e ações potencialmente excludentes. Ou seja, diante de uma crise de saúde, estabelece-se também uma crise de direitos e uma crise social.

Outra preocupação é a forma como professores/as de educação infantil têm participado dessas ações e propostas. É fato que, em muitos casos, se veem obrigados a produzir ou pesquisar vídeos e materiais, e disponibilizá-los em redes sociais e/ou plataformas educacionais, ou ainda estabelecer contato frequente, por meio de aplicativos como *WhatsApp* ou *Facebook*, por exemplo, para que tenham contabilizada sua carga horária de trabalho (cf. Correia & Cássio, 2020; Sousa, 2020).

Assim, é preciso assumir posturas que priorizem os bebês e as crianças pequenas, e que respeitem a especificidade da infância, considerando as concepções de currículo e de educação infantil que até então vinham sendo construídas, e que busquem formas mais potentes e significativas de diálogo e de vínculos com as famílias, rompendo com práticas educativas – seja por meios digitais/remotos, plataformas, redes sociais, programas de TV, materiais didáticos – que rejeitam os modos de ser e viver da infância, das crianças e de suas famílias, bem como desconsideram os próprios educadores e o trabalho por eles desenvolvidos nas escolas de educação infantil.

Neste contexto novo, inesperado e urgente, torna-se imprescindível defender a primeira infância de práticas preparatórias para o ensino fundamental, com atividades de exercícios desconectados das realidades e necessidades infantis, dos contextos das famílias e de suas reais demandas.

2 O PROGRAMA RIO PRETO EDUC AÇÃO: CONTEXTO E ETAPAS

Diante deste cenário, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de São José do Rio Preto, cidade do noroeste paulista, tem tomado medidas para possibilitar a continuidade do vínculo com crianças e famílias atendidas pelo município. Para isso, tem dado especial atenção às possibilidades que recursos digitais e tecnológicos oferecem, no sentido de minimizar os efeitos do distanciamento social. O que se apresenta é um enorme desafio diante do novo, mas com o reconhecimento da necessidade de continuidade da parceria com as famílias e de vínculo com bebês e crianças, bem como o desenvolvimento do trabalho de professores/as e de gestores/as escolares.

Na educação infantil, a rede conta com 98 escolas municipais, sendo que 14 delas são parceiras, aproximadamente 1.200 docentes e cerca de 20 mil crianças entre 0 e 5 anos de idade (São José do Rio Preto, 2019). É um enorme coletivo de bebês e de crianças, que até recentemente chegavam a estar 10 horas por dia nas escolas, que ficam temporariamente sem atendimento presencial.

Com o Decreto Municipal nº 18.583, de 9 de abril de 2020 – regulamentado pela Resolução nº 04/2020 de 14 de abril do mesmo ano – a SME deu início ao *Programa Rio Preto Educ Ação*, cujo objetivo é apoiar os estudos dos alunos e também dos professores/as, durante o período de suspensão do atendimento presencial nas instituições escolares.

Art. 5º- A distribuição do material de apoio aos estudos dos alunos e famílias da rede pública municipal de ensino, durante o período de suspensão das aulas, tem como objetivos:
I. promover a continuidade dos estudos e aprendizagem;



- II. manter e reforçar o vínculo com a escola;
 - III. reduzir o abandono escolar;
 - IV. promover a equidade, oferecendo oportunidade educacionais a todos os estudantes.
- Art. 6º - Fica autorizada a distribuição do material de apoio, de forma digital e/ou impressa de acordo com a necessidade e realidade de cada unidade escolar, primando pelo princípio de abrangência de todas as famílias e seus alunos.
- §1º- A Educação Infantil (creche e pré-escola), onde o Cuidar e Educar são indissociáveis para a promoção do desenvolvimento infantil, as atividades de apoio aos estudos dos alunos pautar-se-ão pelas brincadeiras e interações, com o acompanhamento das famílias (São José do Rio Preto, 2020c).

O Programa surgiu com o a intenção de atender às necessidades desse contexto municipal, mesmo reconhecendo os dilemas de tal implementação. Por meio dele, estão sendo oferecidas propostas às crianças e aos alunos dessa rede, para realização em casa, juntamente com orientações oferecidas às famílias, a fim de que possam acompanhá-los nesse processo. Foi disponibilizado também, por meio do Programa, roteiro de estudos aos/as professores/as, que estão cumprindo sua jornada de trabalho em regime de teletrabalho, utilizando-se de ferramentas on-line e sendo acompanhados diretamente por seus gestores (coordenadores pedagógicos e diretores).

Neste sentido, o Documento Orientador: aproximações com as famílias e estudantes em tempos de atividades não presenciais (São José do Rio Preto, 2020b), publicado pela equipe da SME, elaborado com o intuito de apoiar as escolas no encaminhamento das atividades educativas durante o período de suspensão de aulas, bem como refletir sobre as possibilidades de retorno às atividades presenciais, buscando reduzir os impactos dessa suspensão em relação às aprendizagens das crianças/alunos.

Este documento, detalha as ações e etapas do *Programa Rio Preto Educ Ação* para todos os níveis de ensino do sistema municipal de educação e, apoiado na Resolução n. 4/2020, define como objetivo deste:

Aproximação com vistas ao acolhimento e manutenção de vínculos e promoção do acesso aos conhecimentos às crianças e famílias, contribuindo com o desenvolvimento integral e percursos de aprendizagem dos alunos nesse período por meio de atividades remotas emergenciais.

Acolhimento e apoio aos gestores no planejamento e desenvolvimento de ações em tempo de pandemia. Dentre elas, sugestões de ações formativas para continuidade de percursos de estudos com o grupo de professores em regime de teletrabalho (São José do Rio Preto, 2020b, p. 8).

Assim, de modo geral, o programa prevê as seguintes etapas: 1. Reestruturação do site da Educação Digital, criação de páginas oficiais da SME (*Facebook* e *Youtube*), produção de tutoriais sobre a utilização de recursos digitais como *Google Meet* e *Google Classroom*, disponibilização de materiais de orientações às crianças/alunos e famílias, inclusive para os alunos público alvo da educação especial, disponibilização de roteiros de estudos com propostas formativas para o cumprimento do trabalho dos docentes (mês de abril); 2. Produção, pela equipe da SME, de materiais de orientações às crianças/alunos e famílias, disponibilizado em formato digital e impresso, novos roteiros e materiais de estudo para os professores, criação de *e-mail* institucional para os gestores e orientações sobre o uso de recursos digitais, em parceria com o setor da educação digital (mês de maio); 3. Criação e utilização de *Google Sala de Aula* para gestores, criação de *e-mail*



institucional para os professores, elaboração, em parceria com os professores, de materiais de orientações de estudo para os alunos e famílias do ensino fundamental I e II, produção e veiculação de vídeos educativos, em parceria com a TV Câmara, para todos os níveis de ensino da educação municipal (meses de junho e julho); 4. Oferta de cursos a distância para os professores, por meio do *Google Classroom* e *Google Meet*, produção de materiais de aproximação e orientações às crianças/alunos e famílias, pelas equipes escolares (gestores e professores), acompanhamento e apoio, por parte da equipe de capacitação, aos gestores no desenvolvimento das ações nas unidades escolares (mês de agosto em diante).

[...] entendemos que todas as etapas de desenvolvimento do Programa Rio Preto Educ Ação poderão ser adequadas, complementadas e aperfeiçoadas de acordo com a realidade que estamos vivenciando em um contexto de Pandemia e, poderão ter continuidade quando houver possibilidade de retorno das aulas presenciais, respeitadas as normativas encaminhadas pelas autoridades competentes (São José do Rio Preto, 2020b, p. 13).

Desse modo, o projeto prevê um encadeamento, articulação e continuidade de ações e propostas ao longo dos meses, considerando a incerteza no que diz respeito ao retorno de atividades presenciais e a necessidade de manutenção de vínculo e continuidade dos estudos, de acesso à materiais e propostas educativas, bem como a continuidade do trabalho de gestores e professores da rede municipal.

3 O PROGRAMA RIO PRETO EDUC AÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES

Neste tópico serão descritas as ações e propostas desenvolvidas ao longo do programa, especificamente para os gestores, professores, crianças e famílias da educação infantil da rede municipal. De acordo com as etapas acima descritas, no mês de abril, para dar continuidade ao trabalho (teletrabalho) dos/as professores/as da educação infantil, foi elaborado pela SME um roteiro de estudos, com as temáticas: educação integral e competências gerais, presentes na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e no Currículo Paulista (São Paulo, 2019), entendendo o regime de teletrabalho como “o serviço prestado pelo servidor, em que o mesmo desempenhe suas funções de seu domicílio, remotamente, com produtividade compatível semelhante à presencial” (São José do Rio Preto, 2020d).

Em maio, este roteiro foi enriquecido com indicações culturais e dividido em quatro blocos: aprofundamento da rotina de abril; concepções do currículo, de criança, de infância e função social da educação infantil; discussões em torno da pandemia e de seus impactos na educação e na sociedade; e por fim, alguns estudos sobre a cultura digital. Tanto em abril como em maio, esses roteiros foram compartilhados pela equipe de capacitação da SME com os gestores das unidades escolares, por meio de reuniões mensais realizadas via *Google Meet*.

Para a ampliação deste trabalho formativo e maior aproximação com o grupo de gestores, a Resolução nº 04/2020 de 14 de abril do ano presente (São José do Rio Preto, 2020c), também previa em seu Artigo 2º, inciso III, entre os eixos norteadores das atividades educativas, prevê-se a

III - Criação e utilização do Google Sala de Aula (google classroom) para os gestores e docentes com objetivo de realizar estudos, produzir e divulgar materiais pedagógicos, realizar reuniões online, receber informações e orientações, dialogar e interagir com seus pares, conhecer e aprender a utilização das ferramentas tecnológicas da informação e comunicação, disponíveis em casa, na escola e na SME. E, ainda, a oferta de cursos formativos relacionados aos conteúdos de formação pedagógica, bem como, relacionados a utilização de ferramentas digitais e comunicacionais (São José do Rio Preto, 2020c).

Desse modo, no mês de junho foram criadas duas Salas de Aula *Google*, envolvendo todos os gestores (coordenadores pedagógicos e diretores) da educação infantil da rede municipal, tanto das escolas municipais, como das escolas parceiras, sendo divididas em duas turmas, com cerca de 50 gestores por turma.

Paralelamente a este processo, desde abril, outra ação da SME por meio do Programa foi a entrega de Kits Merenda – a cada 15 dias – às famílias de baixa renda cadastradas no mesmo, com os alimentos que seriam utilizados na produção das refeições nas escolas, de acordo com a faixa etária da criança/aluno.

Já em relação à produção e disponibilização de materiais, em abril, por meio de uma adaptação do material da Secretaria Estadual de Educação (SEE/SP) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME (São Paulo, 2020) foi disponibilizado um guia de orientações às famílias e crianças da educação infantil. Esse material, intitulado “*Orientação às famílias dos estudantes das redes estadual e municipal de São Paulo (adaptação para a Educação Infantil da rede municipal de São José do Rio Preto)*”, foi enviado às escolas do município e também às parceiras da rede, por meios digitais, com autorização para ser impresso e entregue às famílias que não possuem acesso a esses meios. O documento é composto por um repertório de experiências lúdicas sugeridas para as crianças da educação infantil e suas famílias.

No mês de maio, foram elaborados pela equipe de formadores da SME, novos materiais. Para a educação infantil, foi construído o documento “*Brincadeiras e Interações: um convite às famílias e crianças para brincarem juntas*” (São José do Rio Preto, 2020a), que buscou caracterizar-se como um convite ao brincar, de variadas maneiras: brincar ajudando em casa, organizando a rotina, utilizando objetos que estão disponíveis em casa e construindo brinquedos, brincar de jogos de construção, de jogos de regras, de brincadeiras de faz-de-conta, brincar no quintal, com brinquedos e brincadeiras tradicionais, brincar de desenhar, de pintar, de ler, de escrever, brincar com música, dança e imitações, brincar de contar histórias. Objetivou-se ampliar as possibilidades e experiências infantis por meio de sugestões, incluindo imagens e materiais variados, de simples composição e de fácil acesso.

Este material buscou promover o reconhecimento das infâncias como tempo singular de desenvolvimento e de aprendizagem, que ocorrem por meio das interações e das brincadeiras. Foi escrito em uma linguagem que buscou estabelecer um diálogo direto com os pais e/ou familiares, contribuindo com a construção de um cotidiano rico e significativo para as crianças, no contexto familiar.

Mas podemos de alguma forma encurtar essa distância, e é o que estamos tentando buscar com este diálogo. Vocês já receberam um material orientador com várias brincadeiras que



podem ser realizadas junto às crianças. Com o objetivo de contribuir e dar continuidade a este movimento, elaboramos um novo material e esperamos que ele sirva de inspiração para estar e brincar com elas. Sendo assim, que tal aproveitar esse precioso tempo em casa com boas ideias, inventando e reinventando brincadeiras? Vamos lá! (São José do Rio Preto, 2020a, p. 3).

Nos meses de junho e julho, outras ações, já previstas tanto nas Resoluções como no Documento Orientador, foram realizadas, como por exemplo, a organização de conteúdos educativos transmitidos pela TV Câmara do município (educação Infantil e ensino Fundamental I e II), tendo a representatividade de gestores e docentes da rede. Este processo contou a participação dos professores, por meio de formulário de inscrição daqueles que tinham interesse em participar do projeto.

Após a inscrição, a SME optou por acolher todos os inscritos para garantir a representatividade de toda rede, sendo que, da educação infantil, foram 47 inscritos (42 professores e 5 gestores). As ações do projeto, denominado *Educ Ação na TV*, passaram a ser acompanhadas e orientadas por quatro formadoras da educação infantil, que foram designadas para compor esta frente de trabalho. O Programa *Educ Ação na TV* foi veiculado nos meses de junho e julho, com 8 semanas de programação total.

Para a educação infantil, especificamente, foram 7 episódios de 15 minutos de duração, veiculados às segundas-feiras de manhã (com reprise no período da tarde e da noite). Esses episódios eram compostos, de forma geral, por propostas de leitura, contação de histórias, brincadeiras, brincadeiras musicais, construção de brinquedos, propostas de artes, etc. Para a realização deste trabalho foram necessárias diversas reuniões com os grupos responsáveis pelos episódios, avaliação e revisão de roteiros, contato constante via *e-mail* e *WhatsApp*, ensaios, gravações, etc. Para tal projeto, houve a contratação, pela SME, de uma produtora para a gravação e edição dos vídeos.

Desse modo, a produção de vídeos para veiculação na TV Câmara e outras mídias, teve o objetivo de dar continuidade às ações, pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010), bem como nas propostas e ampliação das sugestões do material Brincadeiras e interações: um convite às famílias e crianças para brincarem juntas (São José do Rio Preto, 2020a), considerando a especificidade da infância e da criança pequena, além de considerar as limitações do atual contexto, buscando abordar sugestões possíveis de serem realizadas em casa, somados à momentos de fruição durante o próprio programa (nas contações, leituras e brincadeiras cantadas, por exemplo).

Dentre as próximas ações previstas, para os meses de agosto em diante, consta o acompanhamento do trabalho das escolas da rede, por meio do apoio aos coordenadores pedagógicos. Esta ação prevê o desenvolvimento de reuniões mensais via *Google Meet* com pequenos grupos de gestores, agrupados de acordo com o setor e supervisor responsável, sendo que cada grupo contará com o acompanhamento de 2 formadoras da equipe de capacitação da SME, sendo que durante essa ação, pretende-se continuar com a utilização das turmas do *Google Classroom*.



Assim, pretende-se fortalecer o papel do coordenador nas unidades escolares, apoiar o seu fazer com relação à aproximação entre professores, crianças e famílias, além de promover espaços formativos para a discussão sobre a produção de materiais/conteúdos educativos, considerando o contexto de pandemia e suspensão das atividades presenciais.

Ao longo de todo este processo de trabalho, tão inédito e novo para todos, foi possível identificar muitos desafios, envolvendo as diferentes ações desenvolvidas desde o mês de abril, bem como os sujeitos envolvidos em cada uma dessas ações. Dentre esses, destacam-se o trabalhar com um curto período de tempo, a necessidade de rápida tomada de decisões por parte da equipe de capacitação e também das equipes escolares, buscando o desenvolvimento de um trabalho colaborativo, organizado e articulado.

Diversos outros limites e desafios do projeto se fizeram realidade e necessitam ser avaliados e refletidos: a reorganização de calendários – de atividades pedagógicas, de extensão do teletrabalho dos professores –, a criação de novas estratégias de aproximação com as famílias e de continuidade dos estudos dos alunos, buscando diminuir as barreiras e dificuldades impostas pelo isolamento social, a construção de estratégias significativas para avaliação e registros destes processos, a garantia de acesso, por parte de alunos e também dos professores, tanto aos recursos digitais e comunicacionais, como aos materiais para estudo, a garantia de articulação do trabalho na equipe escolar e também entre esta e as equipes técnicas da SME, a consideração, de forma efetiva, da realidade de cada território que compõe a rede municipal, bem como a especificidade e diversidade de cada escola e comunidade escolar.

Outro aspecto que se faz determinante e se mostra um desafio é a escuta atenta aos professores e gestores, e a superação de fragilidades formativas para tornar possível o desenvolvimento de um trabalho qualificado e significativo para todos os envolvidos no processo educativo das crianças da educação infantil. Este trabalho exigiu, também, que todos aprendessem a lidar com novas ferramentas tecnológicas para o trabalho remoto, superando os desafios da dinâmica a distância, além de exigir a continuidade do trabalho mesmo em meio a diversas incertezas e instabilidades ao longo de todo o projeto.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A situação vivida nos últimos meses tem colocado à prova o trabalho e as concepções consolidadas por secretarias e educadores/as. Apesar do esforço em promover ações significativas junto aos gestores, professores, crianças, alunos e famílias da rede municipal, é importante salientar os limites e obstáculos, em um contexto tão inesperado.

Dentre estes está a garantia de acesso aos materiais e às propostas, uma vez que é sabido que as crianças e famílias mais pobres permanecem à margem do acesso à informação, vulnerabilidade que pode ser potencializada neste contexto, dado que os adultos da família podem ainda ter seu trabalho ou emprego perdidos.

O acesso aos recursos, sejam digitais ou mesmo de tempo e dedicação, exigindo uma rede de apoio aos pais para gerenciamento das crianças, do trabalho remoto e das tarefas domésticas,



assim como acesso aos materiais produzidos pela SME se colocam como aspectos de complexa demanda e resolução, atrelados ainda às condições sociais e econômicas de cada família.

Outro ponto é a participação efetiva dos/as educadores/as nessas ações, tendo em vista o elevado número de professores/as, de escolas e de crianças dessa rede municipal, com a sua diversidade. Envolver a todos em um processo de diálogo, engajamento, escuta e ação intencionada, que resultem em propostas articuladas e efetivas, se coloca como um grandioso desafio.

Dentre esses obstáculos está a necessidade de firmar a identidade da educação infantil como primeira e importante etapa da educação básica e como espaço singular, formal e coletivo de cuidar e de educar bebês e crianças, não incorrendo no erro de retroceder no sentido de uma educação infantil escolarizante e propedêutica. Também está as condições das famílias, que se exercitam diariamente no gerenciamento das tarefas e de seus modos de viver, substancialmente afetados pelas exigências impostas de distanciamento social e de segurança diante do contágio da Covid-19. É essencial que educadores/as e pesquisadores/as da infância mantenham-se atentos diante da realidade posta.

Sobre o Programa em questão, nas ações e nos materiais da educação infantil, em especial, buscou-se assumir um caráter único e diferenciado de sugestão de experiências com bebês e crianças, de modo intencional e planejado, mas sem a intenção de controle dos comportamentos familiares, de reprodução do cotidiano da educação infantil em casa ou de prestação de contas às instituições, por meios digitais ou impressos. Os vídeos veiculados pela TV Câmara e outras mídias, buscou a ampliação do acesso e do vínculo com as crianças, contando com a participação efetiva dos professores e gestores da rede municipal.

Em todas as ações, buscou-se reconhecer e assumir a singularidade dos modos de viver a aprender das crianças pequenas, reconhecendo a inadequação de que o ambiente doméstico possa se colocar como uma instituição de educação infantil às crianças, bem como que os pais possam assumir o papel antes desempenhado pelos professores.

As outras propostas, como reuniões via *Google Meet*, a criação das salas de aula (*Google Classroom*) e o acompanhamento aos gestores, visam possibilitar maior articulação entre as instâncias envolvidas no atendimento à infância, bem como criar espaços de escuta, partilha e formação, de modo que possam se apoiar neste processo novo e ainda repleto de inseguranças e temores, tanto das equipes escolares, como das próprias crianças e suas famílias.

A realidade enfrentada é singular e inédita para a SME, para gestores, professores, famílias e crianças. Mas, requer muita atenção, pois de uma crise sanitária pode ser desencadeada maior desigualdade social e educacional, com acentuada condição de vulnerabilidade. Preservar os direitos humanos e a educação é uma tarefa que não deve ser suspensa em decorrência da pandemia da Covid-19.

5 REFERÊNCIAS

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF.
- Brasil. (1996). Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.
- Brasil. (2010). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF.
- Brasil. (2016). *Lei n. 13.257*, de 8 de março de 2016. Brasília, DF.
- Brasil. (2018). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação Infantil. Brasília, DF.
- Correia, Bianca., & Cássio, Fernando. (2020, Abril 22). Sem proteger crianças no isolamento, governos brincam de faz-de-conta. *Ponte*. Recuperado em 20 maio, 2020 de <<https://ponte.org/artigo-sem-protger-criancas-no-isolamento-governos-brincam-de-faz-de-conta/>>.
- Estrela, Bianca., & Lima Larissa. Ministério da Educação (MEC). (2020, Abril 28). CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. *Portal da Educação*. Recuperado em 20 maio, 2020 de <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89051>.
- Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI). (2020, Março 23). *Carta aberta da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) dirigida ao presidente do Conselho Nacional de Educação*. Brasília. Recuperado em 20 maio, 2020 de <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Carta-Aberta-ao-CNE.pdf>>.
- São José do Rio Preto. (2019). Secretaria Municipal de Educação. *Projeto educativo e plano de trabalho*. São José do Rio Preto.
- São José do Rio Preto. (2020a). Secretaria Municipal de Educação. *Brincadeiras e interações: um convite às famílias e crianças para brincarem juntas*. São José do Rio Preto.
- São José do Rio Preto. (2020b). Secretaria Municipal de Educação. *Documento orientador: aproximação com as famílias e estudantes em tempos de atividades não presenciais*. São José do Rio Preto.
- São José do Rio Preto. (2020c). Secretaria Municipal de Educação. *Resolução n. 04/2020*, regulamenta o Programa Rio Preto Educ Ação de apoio aos estudos dos alunos no período de suspensão das aulas em decorrência da necessidade de prevenção de contágio pelo COVID-19, e dá outras providências. São José do Rio Preto.
- São José do Rio Preto. (2020d). Secretaria Municipal de Educação. *Resolução SME nº 05/2020*, regulamenta as diretrizes do regime especial teletrabalho para o desenvolvimento das atividades de apoio aos estudos dos alunos e orienta quanto a reorganização dos calendários



escolares no âmbito das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de São José do Rio Preto devido a pandemia causada pelo Covid-19, e dá outras providências. São José do Rio Preto.

São Paulo. (2019). Secretaria Estadual de Educação. Undime. *Currículo Paulista*. Versão homologada. São Paulo: SEE/SP. Recuperado em 02 Agosto, 2020 de http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/curriculo_paulista_26_07_2019.pdf

São Paulo. (2020) Secretaria Estadual de Educação. Secretaria Municipal de Educação. UNDIME SP. *Orientações às famílias dos estudantes das redes estadual e municipal de São Paulo*. São Paulo.

Sousa, Andreia L. Harada. (2020, Maio 4). Da tela pra cá é diferente: Trabalho docente e ensino a distância nas escolas privadas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Recuperado em 20 maio, 2020 de <https://diplomatique.org.br/trabalho-docente-e-ensino-a-distancia-nas-escolas-privadas/?fbclid=IwAR0SxeIFgr7K10dNOJvleA0TO7jmlJJ8JAoiSItSB9txYaxl4zY7fjN63pU>.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Oliveira, R. F. B. de, Masson, G. A., & Sommerhalder, A. (2022). Educação infantil e o programa rio preto educação: desafios, limites e possibilidades em tempos de pandemia. *HOLOS*, 1, 1–13, 10918. Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10918>

SOBRE OS AUTORES

R. F. B. DE OLIVEIRA

Mestre em Ensino e Processos Formativos pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora de Educação Infantil e Formadora de professores de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de São José do Rio Preto - SP. E-mail: raizafbessa@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2422-4821>

G. A. MASSON

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora e Formadora de professores de bebês na rede municipal de São José do Rio Preto - SP. E-mail: g.alcassas@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3020-789X>

A. SOMMERHALDER

Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Linha de Pesquisa: Educação Escolar: teorias e práticas. Coordenadora do Cfei - Centro de Pesquisa da Criança e de Formação de Educadores da Infância. Docente Associada do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas - CECH. Doutora em Educação Escolar - Universidade Federal de São Carlos - Campus de São Carlos/São Paulo/Brasil. E-mail: sommeraline1@gmail.com
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6024-0853>



Editor(a) Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: Lenina Lopes Soares Silva e Adriana Aparecida Souza



Recibido 08 de agosto de 2020

Aceito: 05 de abril de 2022

Publicado: 10 de junho de 2022

